

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ENSINO MÉDIO SOBRE DIREITO À EDUCAÇÃO

Rene Miguel da Silva ¹

Everton Bedin ²

Aline Lubyi ³

Helena da Rosa Galeski ⁴

RESUMO

Este estudo explora as percepções de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais sobre a Educação em Direitos Humanos, com foco no direito à educação de qualidade social e na inclusão escolar. A pesquisa, de natureza exploratória e abordagem qualitativa, foi realizada com cinco estudantes do primeiro ano do Ensino Médio de uma escola particular em Curitiba-PR. Utilizou-se um questionário aberto com três questões, analisadas por meio da Análise Textual Discursiva, visando compreender as concepções dos estudantes sobre direito à educação, qualidade das aulas e inclusão. Os resultados apresentam que os estudantes demonstraram uma visão ampla, que vai além da integração de pessoas com NEE, abrangendo a valorização da diversidade em todas as suas formas, incluindo questões de gênero, etnia, classe social e outras diferenças. Essa perspectiva reflete os pressupostos da Educação Pós-Crítica e do interculturalismo, que defendem a equidade e o reconhecimento das múltiplas identidades no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos, Direito à Educação, Interculturalismo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no contexto das discussões contemporâneas sobre Educação em Direitos Humanos (EDH), com foco específico na interação entre o Direito à Educação de qualidade social e na inclusão de estudantes com NEE no ambiente escolar. A Educação em Direitos Humanos tem ganhado destaque nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas, especialmente no que se refere à garantia de uma Educação Inclusiva e de qualidade para todos, independentemente de suas particularidades (Camoleze, 2024). Nesse sentido, é sagaz estudar as percepções dos estudantes sobre esses temas, de modo a potencializar o identificar desafios, avanços e possibilidades de transformação no cenário

¹ Graduando do Curso de Química da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Renets_miguel@hotmail.com;

² Doutor em Educação em Ciências, Universidade Federal do Paraná, everton.bedin@ufpr.br;

³ Doutoranda em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM-UFPR), alinelubyi1@gmail.com.;

⁴ Graduanda pelo Curso de Química da Universidade Federal do Paraná, hlgaleski@gmail.com;



educacional. O presente trabalho tem como objetivo analisar a percepção de estudantes com NEE acerca da Educação em Direitos Humanos, mais especificamente, o Direito à Educação de qualidade social.

A Educação em Direitos Humanos contribui para a construção de sociedades mais justas e equitativas (Candau, 2016; Silva, 2019). Segundo Candau (2012), essa abordagem educacional busca fomentar uma cultura de respeito à diversidade e à dignidade humana, promovendo a participação ativa dos sujeitos na construção de uma sociedade democrática. No contexto educacional, esse princípio implica garantir que todos os estudantes tenham acesso não apenas à escolarização, mas a uma educação de qualidade, que respeite suas singularidades e os prepare para o exercício pleno da cidadania.

A Educação Inclusiva é uma extensão desse compromisso, pautando-se na necessidade de garantir oportunidades equitativas para todos os estudantes (Camoleze, 2024). Tradicionalmente, muitas escolas restringem a inclusão aos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) diagnosticadas, oferecendo suporte apenas para aqueles que apresentam laudos específicos. No entanto, abordagens contemporâneas da educação inclusiva, como as defendidas por Mantoan (2003), ampliam essa perspectiva, enfatizando que a inclusão deve abranger todos os estudantes, considerando suas diversas necessidades, estilos de aprendizagem e contextos socioculturais. Dessa forma, a inclusão não se restringe à presença física dos alunos na escola, mas envolve a efetiva participação e aprendizagem de todos, potencializando a equidade no processo educacional.

A Educação Crítica (Freire, 2005), propõe um modelo educacional que busca promover a problematização da realidade e a formação de sujeitos críticos. Para Freire, a Educação deve ser um processo dialógico, no qual os estudantes não sejam receptores passivos do conhecimento, mas agentes ativos na construção do saber. Essa concepção se baseia na perspectiva de que a educação deve ser um instrumento de emancipação, promovendo a justiça social, a igualdade e a democracia. Na perspectiva da Educação Pós-Crítica, há uma ampliação da discussão sobre a inclusão e a diversidade, assim considerando as condições individuais dos estudantes e os contextos socioculturais que moldam suas experiências educacionais. Segundo Eto e Neira (2017), a Educação Pós-Crítica questiona os padrões hegemônicos de conhecimento e identidade, promovendo um olhar mais interseccional e plural sobre os processos educativos. Isso se reflete na necessidade de conceber a inclusão como um conceito que transcende a simples adaptação curricular para estudantes com NEE,



abrangendo a valorização da diversidade em todas as suas formas – de gênero, etnia, classe social e demais marcadores sociais da diferença.

Por fim, a interculturalidade se apresenta como um elemento central para a construção de uma educação inclusiva e democrática. O interculturalismo, segundo Lopes (2012), propõe não apenas o reconhecimento da diversidade cultural, mas a interação e o diálogo entre diferentes perspectivas, promovendo um aprendizado mútuo. No contexto educacional, isso significa ir além do multiculturalismo, incentivando práticas pedagógicas que permitam aos estudantes reconhecerem-se e expressarem suas identidades culturais, ao mesmo tempo em que interagem e aprendem com as diferenças dos outros. A inclusão, nessa perspectiva, não é apenas um direito, mas uma necessidade para a formação de sujeitos críticos e engajados na sociedade.

Diante desse arcabouço teórico, a presente pesquisa busca analisar a percepção de estudantes com NEE acerca da Educação em Direito Humanos, mais especificamente, o Direito à Educação de qualidade social. A partir das respostas dos participantes, torna-se possível identificar diferentes percepções sobre esses temas, relacionando-as às abordagens educacionais discutidas. Dessa forma, os resultados obtidos serão organizados em categorias que evidenciem as concepções dos estudantes, destacando convergências e divergências e contribuindo para a reflexão sobre práticas educacionais mais inclusivas e transformadoras.

METODOLOGIA

O presente trabalho se constituiu em uma pesquisa de caráter exploratória, que se utilizou de uma abordagem qualitativa, buscando analisar a percepção de estudantes com NEE acerca da Educação em Direito Humanos, mais especificamente, o Direito à Educação de qualidade social. Sendo cinco estudantes que participaram da pesquisa, pela qual foram nomeados de E1, E2, E3, E4 e E5. O estudantes selecionados foram de um colégio integral, particular, do primeiro ano do Ensino Médio, de Curitiba–PR. Para responder assim os objetivos que foram formulados por meio de pesquisas de campo, na qual o pesquisador colheu as informações de forma direta com os participantes.

De acordo com Raupp e Beuren (2006), a pesquisa exploratória caracteriza-se por sua preocupação em investigar um problema específico, por meio de análises mais aprofundadas, com o intuito de elucidá-lo mediante a realização de levantamentos, entrevistas e



questionários aplicados a indivíduos diretamente envolvidos com a temática em questão. Essa abordagem possibilita uma concepção abrangente do tema proposto, visando identificar as variáveis do estudo, bem como seus significados e contextos.

A partir disso, foi elaborados pelos autores um questionário aberto, composto por três questões, sendo elas: (i) O que significa ter Direito à Educação para você?; (ii) O que é uma aula de qualidade para você?; (iii) O que é inclusão para você?. Os dados obtidos por meio do questionário aplicado foram analisados e interpretados à luz da Análise Textual Discursiva (Moraes e Galiazzi, 2006), visando obter a descrição dos significados atribuídos pelos estudantes ao Direito à Educação de qualidade social e à Inclusão no contexto escolar. A Análise Textual Discursiva (ATD) foi escolhida como método de análise por sua capacidade de articular a complexidade dos dados qualitativos, permitindo uma interpretação profunda e contextualizada das respostas dos participantes.

O processo iniciou-se com a unitarização das respostas, no qual as respostas do questionário foram fragmentadas em unidades de significado, ou seja, trechos que expressavam ideias ou conceitos completos sobre os temas investigados. Essas unidades foram cuidadosamente analisadas, considerando tanto o conteúdo explícito quanto as nuances implícitas presentes nas falas dos estudantes. Em seguida, realizou-se a categorização, agrupando-se as unidades de significado que apresentavam similaridades temáticas ou conceituais. A partir dessas categorias, foi possível construir meta-textos analíticos, que articulam as vozes dos estudantes com o referencial teórico sobre Educação em Direitos Humanos, direito à Educação e Inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das respostas dos participantes, foi possível identificar diferentes percepções dos estudantes com NEE sobre o que é direito à educação, a qualidade das aulas e a inclusão no ambiente escolar. As respostas refletem tanto aspectos estruturais e normativos da Educação quanto experiências individuais e expectativas em relação ao ensino. Dessa forma, os resultados obtidos foram organizados em categorias temáticas que potencializa evidenciar as concepções dos estudantes sobre esses temas, relacionando-as a abordagens teóricas pertinentes. A seguir, cada questão será analisada à luz dessas perspectivas, destacando pontos de convergência e divergência entre as respostas. Os 5 participantes responderam a três



perguntas relacionadas com o objetivo elaborado. Para iniciar a pesquisa, cada participante respondeu as seguintes perguntas:

Questão 1: O que significa ter Direito à Educação para você?

Quadro 1 – respostas a questão1.

Estudante	Resposta
E1	O direito à Educação difere do direito constitucional à Educação no sentido em que não se entende somente como o direito ao acesso à Educação, mas ao direito à boa Educação bem estruturada e capaz de valorizar as competências de um indivíduo.
E2	Ter mais acesso ao estudo e quem não tiver muito acesso poder estudar.
E3	Para mim todo cidadão tem direito à Educação, não só tem como deve estudar acho que a partir do momento em que uma pessoa nasce ela deve ser obrigada a adquirir pelo menos o conhecimento básico sem prestar serviços e ter que abandonar a escola para auxiliar em casa.
E4	Ter direito a Educação para mim significa ter de forma acessível o acesso a escolas faculdades e universidades.
E5	Que todas as pessoas tenham acesso a uma Educação tanto acadêmica quanto moral de forma gratuita e de qualidade.

Fonte: autores (2025)

Os trechos analisados destacam diferentes dimensões do direito à educação, abrangendo desde a garantia de acesso até a qualidade e a estruturação do ensino. Dessa forma, evidencia-se nas respostas dos estudantes que o direito à educação e a individualidade dos estudantes são elementos fundamentais para uma educação que transcende o mero acesso. Essas categorias corroboram o conceito proposto por Eyng (2015, p. 141), segundo o qual “não se trata de direito a qualquer educação, mas a uma educação de qualidade, independentemente da origem social, econômica ou cultural”. Nesse sentido, a educação de qualidade social representa a concepção do direito à educação como um processo que ultrapassa a simples inserção no ambiente escolar, englobando tanto a garantia de permanência dos estudantes, quanto considerar cada um em sua diversidade e individualidade (Eyng, 2015).

Questão 2: O que é uma aula de qualidade para você?

Quadro 2 – respostas a questão 2.

Estudante	Resposta
E1	Uma aula de qualidade tem o dever de seguir convenções científicas sobre o assunto, tratando de forma rigorosa e evitando o esvaziamento do conteúdo. Contudo uma aula de qualidade deve atender as necessidades e compreender as limitações individuais de cada aluno.
E2	Uma aula com respeito e bastante apoio para aqueles que têm dificuldade.
E3	Quando o conteúdo é passado com clareza; discussões que envolvam os alunos; aulas sem aqueles sermões intermináveis pois além de tomar muito tempo é falar do óbvio que na maioria das vezes as pessoas sabem só não respeitam além disso nem todos precisam ouvir e pesa muito o clima na aula; aulas que não são direcionadas a apenas um aluno.
E4	Para mim uma aula de qualidade são aquelas interativas onde consigo prestar mais atenção.



E5 Quando o professor deixa a aula mais dinâmica e leve para os alunos

Fonte: autores (2025)

As respostas dos estudantes no quadro 2 à pergunta "O que é uma aula com qualidade para você?" revelam percepções multifacetadas sobre o que constitui uma experiência educacional significativa e eficaz. A análise dessas respostas, à luz da Análise Textual Discursiva (ATD), permitiu identificar por meio de categorias temáticas, sobre as expectativas e necessidades dos estudantes em relação à qualidade do ensino. Trazendo a partir dessas categorias, a percepção de que à demanda por atendimento às necessidades individuais, aulas que não sejam direcionadas a um estudante, apoio aos estudantes com dificuldades nas aulas, estão além do modelo atual realizado no ensino básico, que se dispõem em maior formar tradicional e expositivo.

Nesse contexto, a perspectiva da Educação Crítica, fundamentada nas ideias de teóricos como Paulo Freire, contribui para ampliar a percepção dessas demandas, ao defender uma abordagem pedagógica que valoriza o diálogo, a participação ativa dos estudantes e a problematização da realidade social (Freire, 2005). A Educação Crítica propõe uma prática que não apenas reconhece as diferenças individuais, mas também as valoriza como parte do processo de construção do conhecimento. Desse modo, as percepções dos estudantes evidenciam a necessidade de uma transformação no modelo educativo vigente, alinhando-se à concepção de que a escola deve ser um espaço democrático e inclusivo, que não se foca na transmissão de conteúdos, mas a formação de sujeitos críticos e atuantes na sociedade.

Questão 3: O que é inclusão para você?

Quadro 3 – respostas a questão 3.

Estudante	Resposta
E1	A inclusão processo de valorização da diversidade, e não deve se limitar a incluir somente os indivíduos declaradamente diversos, mas trabalhar para incentivar e auxiliar indivíduos independentemente de suas situações.
E2	Uma aula onde o professor passa atividade e todo mundo faz.
E3	Ter certas necessidades respeitadas; ter certeza de que todos estão confortáveis e participando do grupo / aulas.
E4	Para mim, inclusão é ajudar a incluir grupos menos favorecidos na sociedade diminuir a exclusão.
E5	Fazer com que uma situação englobe formas de que pessoas PCDs, neuro divergentes, de todas as classes e etnias de todas as sexualidades e gêneros tenham o mesmo direito.

Fonte: autores (2025)

Os trechos analisados destacam diferentes dimensões da inclusão, desde a valorização da diversidade até a garantia de equidade de direitos para diversos grupos. Não obstante,



emergiu a partir das respostas dos estudantes com NEE o conceito de Educação Inclusiva no sentido mais amplo em suas concepções, ou seja, o conceito de Inclusão que não abarca somente o grupo de estudante com NEE, mas engloba todos os estudantes. O que aqui, os autores ressaltam a sagacidade exposta pelos estudantes do questionário, quando um possível resultado seria de maior inclusão com sua própria minoria social, porém, de forma diametralmente oposta, os estudantes expandiram em suas respostas o acolhimento para além que dos estudantes declaradamente com NEE. Assim, a valorização da diversidade, o incentivo e apoio a indivíduos como um todo e não somente, os evidenciados pelos laudos, são vistos como elementos essenciais para uma inclusão efetiva, que vai além da simples integração de indivíduos diversos.

A partir da análise esboçada, os autores associam as percepções das respostas dos estudantes aos pressupostos da Educação pós-crítica, uma vez que essas refletem uma concepção ampliada e interseccional da inclusão, alinhada aos princípios dessa abordagem. Não obstante, é evidenciado nas respostas, que essas permeiam o conceito de interculturalismo, no sentido de reconhecer e valorizar a existência de diversas culturas dentro de uma mesma sociedade. Nesse sentido, as respostas dos estudantes evidenciam uma visão de inclusão que transcende a mera integração de indivíduos com necessidades educacionais especiais (NEE), abrangendo todas as formas de diversidade e reconhecendo a importância de criar condições para que todos se sintam valorizados e participem plenamente do processo educativo.

As falas dos estudantes, como a de E1, que destaca a valorização da diversidade e o apoio a indivíduos independentemente de suas situações, e a de E5, que menciona a garantia de direitos para pessoas com deficiência, neurodivergentes, de diferentes classes, etnias, sexualidades e gêneros, refletem uma perspectiva interseccional e crítica. Além disso, a resposta de E3, que enfatiza a importância de garantir que todos estejam confortáveis e participando, sugere uma preocupação com a criação de ambientes educacionais verdadeiramente acolhedores e equitativos, o que também ressoa com os ideais pós-críticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das percepções dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) acerca do Direito à Educação, da qualidade das aulas e da inclusão no ambiente escolar



permitiu identificar nuances importantes que refletem tanto as expectativas individuais quanto as demandas estruturais e normativas do sistema educacional. Os resultados evidenciaram que o direito à educação, para esses estudantes, vai além do mero acesso, abrangendo a garantia de uma educação de qualidade social, que valorize as competências individuais e promova a equidade. Essa visão corrobora a perspectiva teórica de Eyng (2015), que defende uma educação que transcenda a simples inserção no ambiente escolar, assegurando a permanência e o respeito às diversidades.

No que se refere à qualidade das aulas, as respostas dos participantes destacaram a necessidade de um ensino que seja dinâmico, interativo e sensível às individualidades, indo além do modelo tradicional e expositivo. A demanda por práticas pedagógicas que promovam o diálogo, a participação ativa e a problematização da realidade social ressoa com os princípios da Educação Crítica, proposta por Freire (2012). Essa abordagem sugere que a escola deve ser um espaço democrático e inclusivo, voltado para além do modelo tradicional apresentado. Dessa forma, corroborando para a formação de sujeitos críticos e atuantes na sociedade.

Quanto à inclusão, os estudantes demonstraram uma percepção ampla e interseccional do conceito, que não se limita à integração de indivíduos com NEE, mas abarca todas as formas de diversidade. As respostas refletiram uma visão de inclusão que valoriza a equidade, o respeito às diferenças e a criação de ambientes educacionais verdadeiramente acolhedores. Essa perspectiva alinha-se aos pressupostos da Educação pós-crítica e ao interculturalismo, que defendem o reconhecimento e a valorização das múltiplas culturas e identidades presentes na sociedade.

Em síntese, os resultados deste estudo apontam para a necessidade de transformações profundas no sistema educacional, de modo a atender às demandas por uma educação de qualidade social, inclusiva e crítica. A implementação de práticas pedagógicas que considerem as individualidades e promovam a participação ativa dos estudantes é essencial para a construção de um ambiente escolar verdadeiramente democrático e equitativo. Além disso, a visão ampliada de inclusão apresentada pelos participantes sugere que a escola deve ser um espaço de valorização da diversidade em todas as suas dimensões, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, tenham oportunidades reais de desenvolvimento e participação plena na sociedade.



Por fim, este estudo reforça a importância de ouvir as vozes dos estudantes com NEE, cujas percepções e experiências podem contribuir significativamente para a construção de políticas e práticas educacionais mais justas e inclusivas. Não obstante a continuidade de pesquisas nessa área é fundamental para aprofundar a percepção sobre as necessidades e expectativas dos estudantes, bem como para promover mudanças efetivas no sistema educacional, em direção a uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C. R. *et al.* Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2025
- CAMOLEZE, Denise Emanoeli Caum. **A educação inclusiva e os direitos humanos: fundamentos filosóficos e práticas pedagógicas para uma educação humanizadora**. 2024. Tese de Doutorado. [sn].
- CANDAU, Vera Maria et al. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as)**. Cortez editora, 2016.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 715-726, 2012.
- CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.
- ETO, Jorge; NEIRA, Marcos Garcia. Em defesa de uma teoria pós-crítica de Educação Física. **Pensar a prática**, v. 20, n. 3, 2017.
- EYNG, Ana Maria. Currículo e avaliação: duas faces da mesma moeda na garantia do direito à educação de qualidade social. **Revista Diálogo Educacional**, v. 15, n. 44, p. 133-155, 2015.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2005.
- LOPES, Ana Maria D.'Ávila. Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, p. 67-81, 2012.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. **Educação especial: em direção à educação inclusiva**, v. 2, p. 27-40, 2003.



MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, p. 117-128, 2006.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas**, p. 76-97, 2006.

SILVA, Alfredo Simão da. Declaración de Bubaque. **AmbientalMente Sustentable: Revista científica galego-lusófona de educación ambiental**, v. 26, n. 1-2, p. 101-105, 2019.

